

# Dívida interna preocupa

Beatriz Abreu e  
Maria Luiza Abbott

**B**RASÍLIA — "Isso seria um cataclisma". Assim reagiu o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ao condenar mudanças nas condições de rolagem da dívida interna. Ele recomendou ao presidente eleito que faça um pronunciamento ainda essa semana para assegurar a manutenção das regras de resgate dos títulos públicos. O ministro teme que a ameaça de um calote provoque o saque dos NCzS 476 bilhões do público aplicados em LFTs, desestabilizando definitivamente a economia. O estoque total da dívida interna, considerando os títulos na carteira do Banco Central, chegou a NCzS 940 bilhões em novembro.

Mailson, que tem a responsabilidade de evitar o descontrole da inflação até a posse do novo presidente, considerou que os dois candidatos "escorregaram" no último debate, quando defenderam a renegociação da dívida interna. Para o ministro, até mesmo a discussão sobre mudar ou não as condições de rolagem dos títulos públicos provoca turbulências no mercado financeiro. Mailson tem informações de que a moratória da dívida interna anunciada pelo governo Menem, na Argentina, é o fator responsável pelo agravamento da crise econômica naquele país, nos últimos dias. "Não se pode destruir o crédito de um país que precisa se financiar", recomenda. "O Brasil vai sair da crise e precisará do mercado financeiro".

**Negociações** — A preocupação do ministro tem fundamento, porque o programa econômico dos dois candidatos prevê mudanças nas regras de rolagem da dívida interna. Os assessores econômicos de Luís Inácio Lula da Silva, por exemplo, já

começaram negociações os banqueiros e grandes grupos empresariais, que detêm a maior parte do estoque de LFTs em circulação no mercado. Lula quer aumentar para dois anos o prazo de resgate dos papéis, pagando juros mais elevados do que aqueles que serão oferecidos para aplicações no overnight. A taxa de abertura do mercado no dia seguinte à eventual posse do candidato do PT dependerá do resultado dessas negociações.

A equipe que assessora Fernando Collor de Mello, do PRN, promete uma mudança negociada dos prazos de vencimento dos títulos públicos. No entanto, a troca dos papéis com vencimento de 270 dias por outros de seis meses, por exemplo, seria feita gradualmente, de acordo com a data de resgate de cada lote de LFTs. A proposta também se diferencia pela taxa de abertura do mercado após a posse, que já será menor do que as praticadas atualmente. Contudo, em um ponto, as duas assessorias concordam até mesmo com o atual ministro da Fazenda: é preciso preservar o mercado de títulos como instrumento de financiamento de qualquer plano de governo. "Nas conversas com as assessorias dos candidatos, principalmente do PT, os assessores entenderam a necessidade de manutenção da credibilidade dos títulos públicos", informou Mailson.

Apesar das incertezas sobre a decisão do próximo presidente em relação à dívida interna, o governo atual não detectou até agora movimentos de fuga de capital aplicado em títulos públicos. No último leilão de LFTs, na terça-feira passada, foram vendidos NCzS 23 bilhões em papéis com vencimento previsto para setembro de 1990. O deságio exigido pelo mercado chegou a 1,05%, enquanto o da semana anterior foi de 1,10%, mas o mercado estava disposto a comprar quase o dobro do que foi ofertado pelo Banco Central. Amanhã serão leiloados NCzS 13,5 bilhões em LFTs e a expectativa dos técnicos do Tesouro Nacional é que o mercado absorveria mais de NCzS 40 bilhões. "As LFTs são lastro para os fundos de curto prazo e o overnight e está todo mundo aplicando nessas duas operações", explica um dos técnicos.